

Casamento Comunitário da Defensoria de Minas assegura direitos e leva emoção para dentro do presídio de Teófilo Otoni

FOTOS: MARCELO SANT'ANNA/DPMG



Ao som da marcha nupcial, pajem e dama de honra abriram o cortejo de 20 casais no pátio central da unidade prisional, preparado para a cerimônia com decoração caprichada e bolo fake

PÁGINA 2

Defensoria de Minas atua em rede com DPU, MPF e MPC em defesa de assistido que teve pedido de seguro pessoal de invalidez negado por seguradora

PÁGINA 4

Defensorias Públicas de Minas e da União reúnem indígenas refugiados em roda de conversa para orientar e garantir direitos



Rodas de conversas trataram de temas como violência doméstica, tráfico de pessoas, leis de imigração no Brasil, entre outros, enquanto as crianças se entretinham com papel, lápis de cor, balões e massinhas

PÁGINA 6

Defensoria integra atendimento à população de rua na 'Semana Nacional do Registro Civil – Registre-se'

Ação acontece em todo o país entre 8 e 12 de maio. Em Minas Gerais, é promovida pelo TJMG e mais 12 instituições

Pessoas em situação de rua que estejam sem documentos poderão obter gratuitamente segunda via de certidão de nascimento, casamento, documento de identidade e CPF. Em Belo Horizonte, os atendimentos do "Registre-se" serão feitos no Uai da Praça Sete, das 8h às 12h. No local, haverá ainda postos para orientação sobre benefícios assistenciais e previdenciários e para regularização eleitoral.

[Saiba mais](#)

AINDA NESTA EDIÇÃO

- > Ações em destaque PÁG. 2 e 4
- > Deu na mídia PÁGINA 2
- > Interinstitucional PÁGINA 3
- > Inspirando novas atitudes PÁGINA 4
- > Escola Superior
Encontro promovido pela DPMG aponta os desafios para assegurar direitos de crianças e adolescentes na esfera judicial PÁGINA 5
- > Mundo oficial PÁGINA 5
- > Inspirando novas atitudes II
Teses apresentadas por defensora pública mineira sobre atuação no Tribunal do Júri são aprovadas no IV Conajuri PÁGINA 6
- > Procedimentos e comunicados internos PÁGINA 7

AÇÕES EM DESTAQUE

Casamento Comunitário da Defensoria de Minas assegura direitos e leva emoção para dentro do presídio de Teófilo Otoni

Vinte casais se uniram em matrimônio na terça-feira (2/5), no Presídio de Teófilo Otoni I

Mais uma vez o Casamento Comunitário realizado pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) chega a uma unidade prisional do estado, levando humanização, dignidade e concretização de direitos das pessoas privadas de liberdade. Vinte casais oficializaram suas uniões em cerimônia realizada no Presídio de Teófilo Otoni I na terça-feira (2/5).

A iniciativa foi realizada pela unidade da Defensoria Pública em Teófilo Otoni, com o apoio da Coordenadoria de Projetos e Convênios (CooProC), da DPMG, em parceria com o Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais de Teófilo Otoni. Além de garantir o direito de regularizar a situação civil sem qualquer ônus ou despesa, o Casamento Comunitário de pessoas privadas de liberdade contribui para a estruturação da família e para a formação do indivíduo e sua ressocialização, com o fortalecimento familiar.

“A Defensoria Pública acredita no ser humano”. Foi assim que a defensora pública-geral Raquel da Costa Dias, presente na cerimônia, se dirigiu aos casais. “Acreditamos no ser humano em sua integralidade, na restauração e na possibilidade de se reinventar de diversas formas e recomeçar de uma maneira melhor”, completou ela, ao manifestar sua satisfação por mais uma realização do Casamento Comunitário.

Cerimônia – Após os pronunciamentos, a oficiala do Cartório de Registro Civil de Teófilo Otoni, Maria Nildéia de Almeida Borges, colheu as assinaturas de um dos casais – representando os demais – e de suas respectivas testemunhas. Em seguida, os recém-casados trocaram as alianças e receberam a benção dos celebrantes Camila Tameirão e Rodrigo Luz.

[Leia na íntegra](#)



Ao final, foram entregues as certidões e os presentes oferecidos pela CDL de Teófilo Otoni

FOTOS: MARCELO SANT'ANNA/DPMG



Defensora-geral Raquel da Costa Dias em seu pronunciamento: “estamos dando a oportunidade para pessoas privadas de liberdade de construírem um recomeço”



Defensor público Pedro Henrique Fernandes Antunes: “Momento mágico e transformador na vida dos casais”



Os celebrantes Camila Tameirão e Rodrigo Luz

DEU NA MÍDIA

Casamento comunitário em presídio de Teófilo Otoni foi notícia em todo o estado

[TV Globo/InterTV](#)

[O Tempo](#)

[TV Record/TV Leste](#)

[Agência Minas](#)

[Veja +](#)

RÁDIO ITATIAIA: ' FALA COMIGO'

Defensores públicos tiram dúvidas sobre...

[Mandado de busca e apreensão](#)

[Pensão alimentícia durante a gestação](#)

INTERINSTITUCIONAL

Defensoria de Minas participa do lançamento da Campanha Nacional da Anadep com o tema da inclusão

A Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep) realizou o lançamento oficial da Campanha Nacional “DEFENSORIA PÚBLICA: em ação pela inclusão”. O evento aconteceu na quinta-feira (4/5), no auditório do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), em Brasília.

A campanha, cujo objetivo é ressaltar a atuação das defensoras e dos defensores públicos na garantia dos direitos das pessoas com deficiência, tem o apoio das Associações Estaduais e do DF das Defensoras e Defensores Públicos, das Defensorias Públicas Estaduais e do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (Condege).

O subdefensor público-geral Nikolas Stefany Macedo Katopodis representou a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) na cerimônia de lança-

mento. Ele estava acompanhado pelos defensores públicos-auxiliares Adhemar Della Torre Netto e Luís Renato Braga Arêas Pinheiro. Este, também titular da Coordenadoria Estadual da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência e gestor do projeto “Inclusão Verde Mundo”, da DPMG; coordenador-geral da Rede de Proteção da Pessoa com Deficiência das Instituições do Sistema de Justiça e Instituições Públicas do Estado de Minas Gerais; e membro da Comissão Especial do Direito das Pessoas com Deficiência da Anadep. Também estavam presentes a diretora-presidenta da Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos de Minas Gerais (ADEP-MG), Marolinta Dutra, e o defensor público Rômulo Carvalho, vice-presidente da ADEP-MG.

Diversas autoridades prestigiaram o lançamento, entre elas o ministro de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania, Silvío de Almeida; a presidenta da Anadep, Rivana Ricarte; a vice-presidenta institucional da Anadep, Juliana Lintz; a secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Anna Paula Feminella; o deputado federal e presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados, Márcio Jerry; o secretário de Acesso à Justiça, Marivaldo Pereira; e o presidente do Condege, Florivaldo Fiorentino Junior.

Durante o evento foi realizada a palestra “Inclusão e anticapacitismo: os direitos das pessoas com deficiência e a ocupação dos espaços de poder”. Contou também com apresentação cultural de Daniela Ribeiro, que entoou sambas populares como o “O canto das três raças”.

[Leia na íntegra](#)



Cartaz de divulgação da campanha de 2023

FOTO: ANADEP

FOTO: DIEGO ALVARENGA/ADEP-MG



Acima: o subdefensor-geral de Minas, Nikolas Katopodis (primeiro, à direita); a diretora-presidenta da ADEP-MG, Marolinta Dutra; e os defensores públicos (na sequência, a partir da esq.) Luís Renato Arêas, Adhemar Della Torre e Rômulo Carvalho (vice-presidente da ADEP-MG).



AÇÕES EM DESTAQUE

DPMG atua em rede com DPU, MPF e MPC em defesa de assistido que teve pedido de seguro pessoal de invalidez negado por seguradora

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), em conjunto com a Defensoria Pública da União (DPU), o Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público de Contas (MPC), atuou, por meio da “Rede de Proteção à Pessoa com Deficiência”, na garantia de direitos a fim de evitar preconceito e discriminação contra um servidor público federal, que teve o pedido de seguro pessoal de invalidez negado, devido à sua deficiência física.

No processo, a DPMG, DPU, MPF e MPC recomendaram que a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp) e a seguradora Mag Seguros não discriminassem pessoas com deficiência no ato da contratação do seguro.

[Veja a Recomendação Conjunta.](#)

O defensor público titular da Coordenadoria Estadual da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência, da Defensoria Pública de Minas Gerais, Luís Renato Braga Arêas Pinheiro, ressalta que a

deficiência do servidor público não compromete a saúde do assistido. "Nesse caso, por exemplo, a pessoa tem uma deficiência física leve; teve parte do calcanhar amputada, que, com a utilização da prótese, não há qualquer prejuízo no exercício de suas funções, não tem risco algum de saúde, de invalidez. Negaram a cobertura para o risco do seguro pessoal de invalidez apenas com o argumento de ser pessoa com deficiência”, explicou o defensor público. "Na verdade, o pano de fundo disso tudo é exatamente a confusão entre os conceitos deficiência e doença", destaca.

O procurador da República, Carlos Bruno Ferreira da Silva, reforça o argumento da discriminação sofrida pelo assistido. “Evidentemente que pessoas com deficiência não têm maior probabilidade de morrer que outras. É um pensamento preconceituoso, raso; tenho certeza que não há cálculo que justifique isso”.

[Leia na íntegra e acesse link de reportagem no Canal MPF](#)

INSPIRANDO NOVAS ATITUDES

Defensor público fala sobre educação inclusiva no mês da conscientização do autismo

O defensor público Luís Renato Braga Arêas Pinheiro participou da *live* “Autismo: que a inclusão vire rotina”, uma iniciativa da Comissão das Associações de Defesa dos Direitos dos Autistas (CADDA) e da Associação de Amigos do Autista de Minas Gerais (AMA). O evento ocorreu no dia 25/4, em celebração ao Abril Azul, mês da conscientização sobre o autismo. Luís Renato discorreu acerca da educação inclusiva e os mecanismos de inclusão, desde a matrícula escolar até as questões de acessibilidade interna dentro da escola, como elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI), método de avaliação diferenciado conforme as necessidades da aluna e do aluno com deficiência e a necessidade de se dispor do profissional de apoio escolar.

[Leia na íntegra](#)



O defensor público Luís Renato Arêas (abaixo, à esq.); a professora e deputada estadual Lohanna; e o pedagogo, psicopedagogo, professor de Educação Inclusiva e presidente da AMA, William Fernandes Boteri, que também participaram da live.

AÇÕES EM DESTAQUES

Defensoria Pública de Minas faz atendimentos e presta orientações à população durante o MP Itinerante em São João Batista do Glória

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) participou na quinta-feira (27/4), do Ministério Público Itinerante, realizado na Praça Belo Horizonte, no município de São João Batista do Glória.

O atendimento teve a participação da unidade da Defensoria de Minas em Passos, com apoio da Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias (CooProC). Foram realizados 13 atendimentos nas áreas de Direito de Famílias e Sucessões, Cível, Criminal, entre outras.



Defensor público Thiago Alves Figueiredo, coordenador local em Passos, fez os atendimentos em São João Batista do Glória

ESCOLA SUPERIOR

Encontro promovido pela Esdep-MG aponta os desafios para assegurar direitos de crianças e adolescentes na esfera judicial

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), por meio de sua Escola Superior (Esdep-MG), realizou na sexta-feira (5/5) o “I Encontro de Direitos de Crianças e Adolescentes: A ausência do efeito suspensivo na apelação das medidas socioeducativas”. O evento foi promovido pela Coordenadoria Estratégica de Defesa e Promoção dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (Cededica) e pela Câmara de Estudos da Infância e Adolescência, da DPMG, de forma virtual, com transmissão pelo Teams e o canal da DPMG no YouTube (c\defensoriamineira).

Os debates trataram a ausência do efeito suspensivo nas apelações de sentenças com aplicação de medidas socioeducativas, mesmo com a previsão no Estatuto da Criança e do Adolescente do uso do Código de Processo Civil no âmbito recursal.

Sob a mediação da defensora pública Juliana Nunes, que atua na área em Ribeirão das Neves, o evento contou com a participação do defensor público de São Paulo, Giancarlo Silkunas Vay, membro suplente da Comissão de Gestão Integrada do



Sistema Municipal Socioeducativo de Santo André/SP e coordenador do Centro de Atendimento Multidisciplinar da Regional do Grande ABCD. Também participaram as defensoras públicas de Minas Gerais, Janaynna Marrocos, em atuação na área dos direitos da Criança e do Adolescente e no Juizado Especial Criminal na Comarca de Igarapé; Nathália Fratezzi, integrante da Câmara de Estudos da Infância e Juventude; e Daniele Bellettato Nesrala, coordenadora da Cededica.

[Leia na íntegra e acesse o link da live](#)

MUNDO OFICIAL

DPMG participa de solenidade de posse da delegada-geral de Polícia Civil

FOTOS: MARCO EVANGELISTA/IMPrensa MG



Delegada-geral Letícia Gamboge foi empossada pelo governador Romeu Zema. Ao lado, com o defensor público Guilherme Deckers



O defensor público Guilherme Andrade Deckers, assessor de Planejamento e Infraestrutura da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), representou a defensora pública-geral Raquel da Costa Dias na cerimônia de posse da delegada-geral de Polícia Civil, Letícia Gamboge Reis. Ele foi empossado na quarta-feira (3/5) pelo governador Romeu Zema, em solenidade na Cidade Administrativa.

Também foram empossados os membros do Conselho Superior da instituição. A cerimônia contou com a presença de parlamentares, chefes de departamentos das Delegacias Especializadas, chefes divisionários e delegados regionais do 1º, 2º e 3º departamentos, entre outras autoridades.

Com informações da Agência Minas.

Seminário para ampliar aproximação entre a Justiça e os povos indígenas no TJMG

A defensora pública Rachel Aparecida de Aguiar Passos, em atuação na Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambien-

FOTO: EULER JÚNIOR/TJMG



Seminário reuniu representantes das instituições do Sistema de Justiça, dos povos indígenas e pesquisadores

tais (DPDH), da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), participou do seminário “Acesso à Justiça e aos Povos Indígenas: perspectivas práticas e institucionais”, no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), representando a defensora pública-geral Raquel da Costa Dias. O evento foi realizado na quinta-feira (27/4), no auditório da Corregedoria-Geral de Justiça, com a presença de desembargadores, juízes, defensores, promotores, servidores, procuradores, representantes de povos indígenas, colaboradores da Justiça e professores.

Rachel Passos destacou o papel da Defensoria Pública no acesso à cidadania das populações tradicionais como as indígenas, ante as vulnerabilidades desse público no acesso à justiça.

Com informações do TJMG

INSPIRANDO NOVAS ATITUDES

Defensorias Públicas de Minas e da União reúnem indígenas refugiados em roda de conversa para orientar e garantir direitos

Violência doméstica e familiar contra as mulheres, direitos e deveres das pessoas refugiadas no Brasil e tráfico de pessoas. Estes foram alguns dos temas abordados e discutidos na manhã do último sábado (6/5) durante um encontro promovido pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), em parceria com a Defensoria Pública da União (DPU), com integrantes da comunidade indígena venezuelana Warao, que vivem em Belo Horizonte. O evento reuniu no auditório, no foyer e na Sala de Atendimento da Unidade I da DPMG homens, mulheres e crianças Warao, que desde 2017 vivem em Belo Horizonte, após migrarem em decorrência da ocorrência no país vizinho. Houve também a participação da Casa Común del Pan.

Para o desenvolvimento das atividades, duas grandes rodas de conversa foram organizadas sob a orientação da coordenadora Estadual de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (CEDEM),

da DPMG, defensora pública Samantha Vilarinho Mello Alves, e da defensora pública em atuação na Defensoria Especializada dos Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), além de membra do Comitê Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Apátrida de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Erradicação do Trabalho Escravo (Comitrate-MG), Rachel Passos. Também participaram dos trabalhos a defensora pública da União e membra do Grupo de Trabalho Nacional de Migração, Refúgio e Apátrida (GTMAR), Lutiana Valadares Fernandes Barbosa, a coordenadora do setor Psicossocial da Defensoria de Minas, psicóloga Raquel Azevedo, e a assistente social do setor, Milian Scos.

Enquanto pais e mães Warao discutiam temas de relevância, as crianças da comunidade participaram de uma ação de entretenimento promovida pelo projeto social Liga da Justiça.

[Leia na íntegra](#)



Conversas contaram também com a ajuda de tradutoras, em razão do dialeto praticado pela comunidade Warao

Teses apresentadas por defensora pública mineira sobre atuação no Tribunal do Júri são aprovadas no IV Conajuri



Defensora Lígia Olímpio durante a apresentação das teses durante o IV Conajuri, realizado em Goiânia

A defensora pública Lígia Olímpio de Oliveira, em atuação na área Criminal da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), em Pedro Leopoldo, teve aprovada três das quatro teses apresentadas durante o IV Congresso Nacional das Defensoras e dos Defensores Públicos do Tribunal do Júri (Conajuri). As teses institucionais passam a compor o Enunciados de Teses do Conajuri. O encontro aconteceu em Goiânia, entre os dias 26 e 28 de abril. Específico para defensoras e defensores públicos com atuação no Tribunal do Júri, o tema deste ano foi “O perfil institucional da Defensoria Pública no Júri – desafios e possibilidades”.

[Leia na íntegra e conheça os teses](#)



PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS I

DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL

Férias-prêmio

A Defensoria Pública-Geral informou, no dia 03/05, que foi sancionada e publicada a Lei 24.313/23, que trata, no seu art. 146, da aquisição de férias-prêmio no período compreendido entre 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021. Por essa razão, estão sendo adotadas as providências necessárias ao seu cumprimento no âmbito da Defensoria Pública mineira.

Abertura de consultas para cooperação

>> *Inscrições por e-mail, direcionadas para cooperacao@defensoria.mg.def.br :*

- **Araguari / Plenário do Tribunal do Júri** – ato específico no mês de junho, conforme anexo da resolução. Inscrição até as 13h do dia 12 de maio de 2023.
Resolução nº 1671/2023 (DODP 03/05/2023)
- **Juiz de Fora / 6ª Defensoria Criminal (Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher – Defesa)** – acumulação compartilhada de 29 de maio a 28 de novembro de 2023, podendo ser prorrogado ou antecipado. Inscrição até as 12 horas do dia 10 de maio de 2023.
Resolução nº 1684/2023 (DODP 06/05/2023)
- **Lagoa Santa** – acumulação compartilhada de 15 de maio a 15 novembro de 2023, podendo ser prorrogado, interrompido ou antecipado. Inscrição até as 13 horas do dia 10 de maio de 2023:

- **Defensoria Cível** – acervo cível, tutelas de saúde (Juizado Fazendário e Varas Cíveis), criança e adolescente (cível) e Nudem

Resolução nº 1680/2023 (DODP 05/05/2023)

- **Defensoria Criminal**

Resolução nº 1681/2023 (DODP 05/05/2023)

- **Patos de Minas / Juizado Especial Criminal** – acumulação compartilhada de 25 de maio a 25 de novembro de 2023, podendo ser prorrogado, interrompido ou antecipado. Inscrição até as 13h do dia 12 de maio de 2023.

Resolução nº 1672/2023 (DODP 03/05/2023)

- **Uberlândia** – acumulação compartilhada de 25 de maio a 25 de julho de 2023, podendo ser prorrogado, interrompido ou antecipado. Inscrição até as 13h do dia 16 de maio de 2023.

- **Defensoria da Vara de Violência Doméstica e Familiar e Precatórias Criminais**

Resolução nº 1682/2023 (DODP 05/05/2023)

- **3ª Vara Criminal**

Resolução nº 1683/2023 (DODP 05/05/2023)

Consulte essas e outras resoluções no Gerais/ Intranet >> [Resoluções \(menu superior\) > 2023](#)

E no portal: Diário Oficial >> [acesse aqui](#)

ESCOLA SUPERIOR

Novas turmas de capacitação no SEI

A Defensoria Pública, por meio da Esdep, vai promover mais uma capacitação a distância para utilização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI!), voltada para defensoras, defensores públicos, servidores, servidoras, colaboradores e colaboradoras da Instituição.

[Leia mais](#)

Lançamento do livro "Racismo, colonialidade e necropolítica em discursos e práticas criminais"

O evento será realizado no dia 11 de maio, às 9h, na modalidade híbrida, no Auditório da sede da Defensoria Pública do Maranhão, com transmissão ao vivo pelo canal [youtube.com/defensoriama](https://www.youtube.com/defensoriama).

O livro é de autoria da defensora pública do Maranhão, Isabella Miranda, que também é mestra e doutoranda em Direito pela Universidade de Brasília e professora de Criminologia e Direito Penal da UNDB.

Inscrições pelo site esdpe.ma.def.br/ na plataforma de cursos. O acesso é por meio do login aos computadores institucionais e senha padrão, a ser modificada logo após o primeiro acesso. Login: iniciais + último sobrenome ou CPF. Senha: ESdpe@123

CDI/ CÂMARAS

Câmara de Estudos Institucionais e Estudos de Controle de Constitucionalidade lança boletim informativo

O periódico traz notas jurídicas elaboradas pela Câmara e tem o objetivo de fornecer às defensoras e defensores públicos importantes informações técnico-jurídicas, visando auxiliar no aprimoramento das atribuições institucionais, na uniformização de entendimentos quanto ao tratamento de temas estratégicos e no crescimento institucional.

[Clique para ler](#)



NOTA DE PESAR

A Defensoria Pública de Minas Gerais comunica, com profundo pesar, o falecimento, na terça-feira (02/05), da **sra. Maria Concebida Felipe Pinto, mãe de Alfredo José Pinto Júnior**, servidor da Esdep e CDI. O velório foi realizado na quarta-feira, dia 03/05, em Belo Horizonte. Aos familiares e amigos, nossos votos de condolências e solidariedade.

// **FIM**